



INFORMAÇÃO ANUAL
DE SUA EXCELÊNCIA
JOAQUIM ALBERTO CHISSANO,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DE MOÇAMBIQUE,
À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SOBRE A SITUAÇÃO GERAL
DA NAÇÃO

“PELA REDUÇÃO DA POBREZA
ABSOLUTA, RUMO AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MAPUTO, 29 DE ABRIL DE 2004

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhora Primeira-Ministra,

Senhor Presidente do Tribunal Supremo,

Senhor Presidente do Conselho Constitucional,

Senhor Presidente do Tribunal Administrativo,

Senhor Procurador Geral da República,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhores Deputados da Assembleia da República,

Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Caros Convidados,

Minhas Senhoras e
Meus Senhores,

Excelências,

Permitam-me que, antes de mais, vos peça que observemos um minuto de silêncio, para prece ou meditação, em memória dos deputados que faleceram desde o nosso último encontro nesta nobre sala.

Excelências,

É com elevada honra que me dirijo a todo o povo moçambicano, através dos ilustres deputados, em cumprimento do meu dever constitucional de apresentar a informação anual sobre a Situação Geral da Nação.

Não vim aqui para fazer o balanço dos 18 anos em que assegurei a Presidência do país. Terei ocasião de fazê-lo em momento apropriado, pois, esses 18 anos representam o trabalho árduo do povo moçambicano, e de todas as instituições do Estado, o enfrentar de muitas dificuldades, numa caminhada firme e determinada que nos conduziu à paz, estabilidade e progresso do país.

Estou aqui, hoje, para vos falar sobre a maneira como vejo o que foi e é a Situação Geral da Nação, desde a última vez que me dirigi a esta augusta assembleia, em 10 de Abril de 2003.

O ano de 2003 foi marcado por grandes realizações tanto a nível interno como internacional. Continuamos a incidir as nossas acções, de forma particular, na luta para a redução da pobreza absoluta no país. O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta continua a ser o nosso principal instrumento nesta luta.

Durante o ano que findou, percorri o país e constatei, com muita satisfação que o nosso povo assumiu, plenamente que a vitória sobre a pobreza depende, em grande medida, do seu próprio trabalho e daquilo que ele fizer hoje. Senti-me galvanizado pela forma como os nossos camponeses têm dado o melhor de si próprios para extrair da terra o que esta pode oferecer.

Por experiência própria, nós, Moçambicanos, sabemos que não pode haver desenvolvimento sem paz. Por isso, continuamos a dar prioridade à consolidação da paz e à reconciliação da família moçambicana.

Este período, foi também caracterizado por uma intensa actividade internacional na qual se destaca, de uma forma particular, a realização em Maputo da Segunda Cimeira da União Africana. Nela, fomos eleitos para a Presidência desta organização continental.

Alargamos a nossa cooperação com vários parceiros internacionais. Participamos em vários fóruns regionais e mundiais com o objectivo de angariar apoios aos esforços de desenvolvimento económico e social em curso no nosso país.

Senhoras e Senhores Deputados,

Sinto-me feliz por apresentar esta informação anual, sobre a Situação Geral da Nação, numa altura em que acabamos de empossar os novos órgãos locais saídos das segundas eleições autárquicas, realizadas em Novembro último nos trinta e três municípios.

A realização das segundas eleições autárquicas foi um momento alto do exercício da democracia participativa. Felicito todos os titulares e membros dos órgãos eleitos, desejando-lhes sucessos no seu trabalho. Felicito igualmente todos os municípios pela forma ordeira, cívica e pacífica como exerceram o seu direito de voto.

As segundas eleições autárquicas demonstraram que os moçambicanos estão profundamente empenhados na construção de um Estado de Direito e no respeito e promoção das liberdades individuais dos cidadãos. A paz, democracia e reconciliação nacional consolidam-se e as instituições fortificam-se. Por isso, assistimos hoje a uma convivência democrática em que autarcas de diferentes partidos políticos juntos trabalham em prol da melhoria das condições de vida da população.

A apresentação desta informação ocorre igualmente numa altura em que o país se confronta, uma vez mais, com um surto epidémico de cólera que tem causado luto e dor na família moçambicana.

Encorajamos a luta que dia e noite, em condições difíceis, com determinação, espírito de sacrifício e de amor ao próximo, tem sido levada a cabo pelos serviços de saúde para salvar as vidas dos doentes de cólera.

Saudamos pois, os profissionais de saúde a todos os níveis: médicos, enfermeiros, técnicos das diferentes áreas clínicas e laboratoriais, pessoal administrativo, serventes, copeiras, gestores e outros, pela sua dedicação e entrega ao trabalho. Saudamos também a população e as comunidades que souberam apoiar os seus familiares e amigos, permitindo que alcançassem, em tempo útil, os cuidados médicos adequados. Reconhecemos o valioso contributo e empenho de todas as organizações e parceiros de cooperação no combate a esta epidemia, minimizando, deste modo, perdas de vidas humanas.

A cólera é fundamentalmente uma doença resultante de insuficiência de higiene e de um deficiente saneamento ambiental. Devemos, pois, aumentar os níveis de higiene pessoal e colectiva e melhorar o saneamento, sobretudo nas cidades, vilas e outros lugares de maior concentração populacional.

Senhoras e Senhores Deputados,

A implementação do Programa Quinquenal do Governo, que tem como ponto central o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, está a produzir resultados cada vez mais visíveis. Ela tem contribuído, de uma forma significativa, para a promoção do desenvolvimento humano e para a criação de um ambiente favorável ao crescimento equilibrado, rápido e abrangente da nossa economia.

Por isso, é com satisfação que acolhemos os resultados do recente Inquérito Nacional aos Agregados Familiares, que indicam que a incidência da pobreza absoluta, que se situava em 69,4%, em 1997, baixou para 54,1%, em 2003.

A redução do índice de incidência da pobreza foi mais notória nas zonas rurais, onde a taxa passou de 70,5%, para 54,6%, enquanto nas zonas urbanas diminuiu em 11 pontos percentuais.

A nível das zonas rurais, a redução traduziu-se no melhoramento das condições de vida da população, sobretudo na provisão dos serviços sociais básicos.

Para uma melhor elucidação, apraz-me afirmar que nas zonas rurais, hoje, 91,7% de crianças percorre menos de uma hora de distância para alcançar uma escola primária, contra 74,9% em 1997. Igualmente, hoje, cerca de 54% da população tem acesso a uma unidade sanitária, nas zonas rurais, em menos de uma hora de caminhada, contra 40,1%, em 1997.

A mesma tendência verifica-se no acesso à água canalizada, pois há cerca de 5 anos, somente 8,6% da população possuía água canalizada nas suas residências. Hoje, esta taxa subiu para 15,8%.

Actualmente, 70,5% dos agregados familiares tem um mercado ao seu alcance em menos de uma hora de caminhada, contra 36,3%, em 1997.

Como corolário das acções desenvolvidas, sempre com o objectivo fundamental de combatermos a pobreza absoluta, em 2003, a economia nacional registou um crescimento, medido pelo Produto Interno Bruto, de 7,1%, em relação a 2002, o que está em consonância com a meta estabelecida. Este crescimento, resultou do efeito combinado das áreas prioritárias do PARPA, especialmente a educação e a saúde e os sectores vitais da actividade económica, com particular realce para a agricultura, pescas, indústria de extracção de minerais e indústria transformadora.

Durante este período, verificou-se a continuação da tendência de redução da dependência externa, traduzida pelo crescimento da produção nacional e da sua conseqüente contribuição para o Orçamento do Estado. Esta evolução permitiu-nos realizar mais intervenções no combate à pobreza absoluta.

Excelências,

Assistimos ao crescimento do movimento de cidadãos do campo para a cidade, pressionando cada vez mais as zonas urbanas, aumentando aí os níveis de pobreza. Os programas de desenvolvimento e atracção de investimentos para as zonas rurais têm sido intensificados para diminuir o fluxo das populações para as zonas urbanas. Nestas zonas, o desemprego é uma das causas da pobreza. Neste sentido, a promoção do emprego, através de acções de formação profissional e do desenvolvimento de pequenos projectos de geração de rendimentos, continua a ser uma das nossas prioridades.

Contudo, é nossa convicção que o incentivo aos jovens para desenvolverem actividades de auto-emprego pode ajudar a minimizar a problemática da falta de emprego. Estes programas devem ser promovidos também nas zonas rurais, com o objectivo de fixar a população jovem no campo.

É assim que as acções de atracção de investimentos nacionais e estrangeiros têm sido intensificadas em todas as províncias, muitas vezes com resultados apreciáveis, como podemos destacar, por exemplo, em Manica, Cabo Delgado e Niassa.

O novo currículo escolar, que entrou em vigor este ano, visa, em grande medida, complementar a formação teórica dos estudantes com práticas produtivas, para melhor habilitá-los a desenvolver actividades de geração de rendimentos.

Apesar de os níveis de pobreza nas zonas urbanas continuarem elevados, notamos que há progressos assinaláveis, particularmente no que diz respeito à habitação, acesso à água e energia eléctrica. Nas cidades e vilas moçambicanas assim como nas zonas rurais, cresce o número de casas construídas com material convencional. Isto é resultado de um esforço individual encorajado por políticas adequadas aos desafios que enfrentamos.

Temos consciência do longo caminho ainda por percorrer. Continuaremos a desenvolver acções que conduzam à redução da pobreza no seio da população urbana, sem perder de vista que a principal base de desenvolvimento económico e social sustentável de Moçambique é o campo.

Apesar dos progressos que temos registado, a pobreza absoluta no nosso país continua a ser uma grande preocupação, pois como vimos atrás, pouco mais de metade da nossa população ainda vive na penúria, incapaz de assegurar para si e para os seus, condições básicas de subsistência. É, por isso, imperioso que continuemos a promover iniciativas no sentido de assegurar que os moçambicanos possam desenvolver actividades produtivas que contribuam para a melhoria das suas condições de vida e do seu auto-sustento. Estas iniciativas devem compreender demonstrações práticas, educação, formação e treino nas suas mais variadas formas.

É neste âmbito que se inserem os projectos desenvolvidos pela Comissão Nacional de Reinserção Social, através do “Programa Nacional Integrado de Acção Social, Emprego e Juventude” e pelo Instituto Nacional da Acção Social que, através de projectos de geração de rendimento, de desenvolvimento comunitário e de benefício social pelo trabalho, têm ajudado as populações das zonas mais remotas e vivendo em situação de pobreza.

Hoje, estes projectos constituem pólos de desenvolvimento comunitário e referência obrigatória de acções de combate à pobreza absoluta no país. Eles têm constituído uma grande alternativa de acesso ao emprego informal para jovens, mulheres e pessoas portadoras de deficiência. Têm também contribuído para criação de condições de acesso aos mercados, à escola, à saúde, à facilidade de farinação do milho, ao processamento de alimentos, à água potável e à formação de mulheres em diversas áreas de actividades por forma a tornarem-se auto-sustentáveis.

A criança é nossa prioridade. Foi com orgulho que assistimos recentemente à realização da II Sessão do Parlamento Nacional Infantil, evento que contou com a participação de 114 “Parlamentares de Palmo e Meio”, em representação de todas as províncias do nosso País. Foi um momento ímpar de exercício pelas nossas crianças dos seus direitos democráticos, particularmente do seu direito a opinião.

Através deste exercício, inteirarmo-nos das actuais preocupações das crianças, o que nos permitirá elevar a nossa capacidade de resposta na luta contra a pobreza absoluta, garantindo assim o bem-estar da criança moçambicana.

Caros Deputados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores,

Na agricultura, cuja contribuição para a redução da pobreza assenta no aumento da capacidade de produção e da produtividade, não obstante a seca e a estiagem que assolam o país pelo terceiro ano consecutivo, alcançamos sucessos assinaláveis.

A utilização de insumos de qualidade e tecnologias adequadas, a adopção de estratégias para a redução de perdas pós-colheita e manutenção das reservas alimentares por períodos prolongados, o incremento da produção local e criação de bancos distritais de sementes, bem como o combate às doenças e pragas de culturas permitiu o aumento da produção e da produtividade agrícola.

Contribuíram igualmente para os sucessos alcançados o crescimento dos níveis de investimentos, a expansão dos serviços públicos de extensão agrária e o envolvimento crescente das instituições de investigação agrária no apoio à produção. A título ilustrativo, podemos salientar os resultados positivos da distribuição de variedades tolerantes à podridão radicular da mandioca, desenvolvidas pelos nossos investigadores e técnicos.

A reabilitação dos regadios do Chókwè, Xai-Xai, Nante, Mucelo e Mutange, associada à promoção de sistemas de irrigação de pequena escala, como as bombas de pedais, demonstram a importância que atribuímos à agricultura irrigada por forma a reduzirmos a dependência da queda, muitas vezes irregular, das chuvas.

Constituem também esforços marcantes no domínio da agricultura o lançamento dos programas do arroz e da soja, a produção de flores e da maçaroca miúda para a exportação, bem como o fomento da fruticultura e da piscicultura. O papel promocional do sector pesqueiro no desenvolvimento da aquacultura não se limita a actividades de ordem comercial mas incide também, e significativamente, sobre as pequenas iniciativas de exploração piscícola, orientadas para a produção de autoconsumo e rendimento familiar. Já se realizaram acções de formação e extensão nos distritos de Changara, Chiúta, Macanga e Manhiça de forma a alargar a produção familiar piscícola.

Registamos com satisfação a utilização racional dos recursos florestais e o surgimento de indústrias locais de processamento de madeira, valorizando-se o nosso produto no mercado nacional e internacional.

A recuperação dos nossos efectivos de gado situa-se em cerca de um milhão de cabeças de gado bovino e cerca de cinco milhões de cabeças de gado caprino, cifras que representam hoje, um crescimento na ordem de 200% do efectivo nacional de bovinos, comparativamente a 1992. Este crescimento reduz a dependência de importações a partir dos países vizinhos e coloca-nos na posição de potenciais exportadores.

Em tempo não muito longínquo, quando visitávamos os distritos e as localidades do nosso país encontrávamos uma população com profundas marcas de fome pedindo ajuda por não ter o mínimo com que se alimentar. Hoje, ao visitarmos as mesmas zonas, encontramos a mesma população, desta vez já não pede alimentos mas sim mercados para a colocação dos seus excedentes agrícolas.

Hoje, essa população exige o estabelecimento de Bancos nos seus distritos, nas suas localidades para guardar as suas poupanças quando logram comercializar parte da sua produção. Clamam pelo melhoramento das vias rodoviárias e dos serviços públicos e pelo melhor abastecimento de água, energia e comunicações.

Nestas circunstâncias, a nossa política neste domínio centra-se na necessidade de assegurar o escoamento dos excedentes agrícolas dos camponeses para as zonas deficitárias do País, ao mesmo tempo que se procuram novas oportunidades de colocação no mercado internacional, em particular ao nível do nosso continente, tendo-se já alcançado alguns avanços significativos.

A maximização do objectivo de expansão da comercialização agrícola só é possível mediante um desenvolvimento contínuo da rede comercial rural, incluindo, em particular, o enquadramento da chamada rede comercial informal, adoptando normas reguladoras específicas, combinadas com medidas de simplificação, descentralização e desconcentração das competências de licenciamento comercial para os órgãos locais do Estado.

É bastante encorajador registar que, no âmbito da implementação da Estratégia de Comercialização Agrícola adoptada em 2001, a aplicação combinada das medidas regulamentares e incentivos aqui referidos, com a concessão de facilidades de crédito aos pequenos e médios comerciantes localizados nas zonas rurais, está já a contribuir, claramente, para o alcance de níveis crescentes da produção agrícola comercializada.

O envolvimento de instituições de microfinanças e empresas privadas neste esforço e o apoio da comunidade internacional na disponibilização dos necessários recursos financeiros constitui uma clara demonstração de que a actividade da comercialização agrícola pode ser conduzida com sucesso, através de parcerias e promoção da competição entre agentes privados, em que cabe ao Governo apenas o papel de coordenação, acompanhamento e facilitação.

Estimula-nos sobremaneira verificar que a implementação da Estratégia de Comercialização Agrícola tem permitido a identificação dos problemas e o desenho de soluções multisectoriais que vão desde a reabilitação de vias de acesso, à recolha e compilação de informação sobre mercados e preços dos produtos agrícolas, bem como a sua disseminação, inclusive em línguas locais, com uso das rádios comunitárias. Temos indicações de que isto está a contribuir para dotar os camponeses de conhecimentos fundamentais para uma melhor condução da sua actividade produtiva e para a elevação do seu nível de vida.

Ainda no domínio da ampliação das oportunidades de mercado para os excedentes agrícolas dos nossos camponeses, as medidas fiscais adoptadas pelo nosso Governo estão a contribuir gradualmente para a absorção do milho e oleaginosas de produção nacional para processamento industrial local, cujo impacto vai aumentando ano após ano, e esperamos que se faça sentir de forma mais significativa ao longo dos próximos anos.

É em resultado destes esforços que, de acordo com dados preliminares, podemos afirmar que no ano de 2003 comercializamos cerca de 572.000 toneladas de diversos produtos agrícolas, nomeadamente: milho, arroz em casca, mapira, mandioca seca, feijão, amendoim, copra, mafurra e castanha de caju, o que corresponde a um aumento de 7.000 toneladas em relação ao ano anterior. O milho continuou a representar 50% do volume global de produção comercializada, o que justifica a especial atenção que o Governo vem dedicando ao acompanhamento e à busca de soluções de mercado mais rentáveis para este produto, para que ele venha a contribuir

efectivamente para a redução da pobreza e aumento da riqueza no seio dos nossos camponeses.

A acção coordenada e multisectorial do nosso Governo, com a participação de todos os intervenientes neste subsector económico, visa também a promoção do surgimento e consolidação de operadores privados nacionais ou em parceria com estrangeiros, que contribuam para o aumento da produção agrícola orientada não só para o abastecimento do mercado interno, mas também para a exportação e melhoria dos rendimentos da população. A promoção de iniciativas privadas na área de processamento industrial da nossa produção agrícola para geração de produtos exportáveis de elevado valor acrescentado, tem sido uma constante na actuação do nosso Governo e vai ser prosseguida e aperfeiçoada.

Devemos continuar os esforços em curso no sentido de melhorar a ligação entre a produção, comercialização, armazenamento e processamento industrial, através de parcerias com operadores privados.

É, hoje, imperativo falar do comércio informal sempre que nos debruçamos sobre a avaliação do desempenho global da nossa actividade económica. Isto é particularmente verdade em relação às zonas rurais, onde o comércio informal é parte integrante do dia-a-dia do Povo Moçambicano. Quero com isto dizer que esta actividade reveste-se duma importância vital para as populações, na medida em que garante o abastecimento em bens de consumo de primeira necessidade e outros, incluindo factores de produção, fazendo-se sempre presente mesmo nas zonas de difícil acesso do País, onde a rede comercial formal ou convencional é inexistente. Em muitos espaços ao longo do nosso vasto território nacional o comércio informal é a única rede comercial que existe.

O comércio informal contribui sobremaneira para o escoamento de excedentes agrícolas dos camponeses, participando, desta forma, na comercialização agrícola, tanto a nível individual como a nível de famílias. Constitui em si uma fonte alternativa de geração de rendimentos pela via do emprego e auto-emprego.

É com grande alegria que notamos que o Governo da República de Moçambique, reconhecendo o contributo positivo do sector informal nas diferentes esferas de actividade económica, em particular nas zonas rurais, se tem empenhado na busca de mecanismos que conduzam a que esta actividade seja desenvolvida num ambiente legal e saudável. É neste

contexto e no âmbito da reforma do sector público que a adequação da legislação e a simplificação de procedimentos de registo e enquadramento dos operadores do comércio informal já estão em curso e queremos que se concluam ainda ao longo do ano em curso.

Este processo inclui, além da pura formalização do comércio informal, a criação de infra-estruturas onde esta actividade se possa desenvolver de forma mais organizada. Estas acções devem ser acompanhadas de medidas de encorajamento e incentivos que estimulem a adesão voluntária dos operadores informais, com envolvimento de diversas instituições, particularmente as que já operam na comercialização agrícola.

Minhas senhoras e
Meus senhores,

O país prossegue com determinação os programas de construção, reabilitação e manutenção das vias de acesso. No domínio das estradas, o aumento da cobertura tem-se estendido gradualmente a todo o território nacional, com intervenções que procuram assegurar a continuidade da rede viária, enquanto potenciam a complementaridade das estradas da rede primária e terciária. Esta estratégia visa permitir que as zonas com maior potencial agrícola tenham acesso competitivo aos mercados, ao mesmo tempo que nas zonas mais pobres e de difícil acesso, a mobilidade crescente das pessoas e bens contribui para que os programas de alívio à pobreza alcancem os seus reais beneficiários.

De uma maneira geral, a acessibilidade e os tempos de viagem nas nossas estradas continuaram a melhorar de forma constante em todo o país, em resultado de um aumento significativo da percentagem das estradas em condições de circulação boas ou razoáveis. Urge, no entanto, reforçar os programas de manutenção regular das estradas, bem como melhorar os níveis de segurança na circulação rodoviária.

Estão praticamente asseguradas as condições para a construção da Ponte sobre o rio Zambeze, a Ponte de Caia, cuja importância para o desenvolvimento económico e social do país e da região é inquestionável.

A reabilitação da linha férrea de Sena, no troço Dondo-Muanza, da linha do Limpopo e dos troços Cuamba-Lichinga e Cuamba-Entre-Lagos, no sistema ferroviário do Norte é resultado da mobilização de recursos humanos e financeiros internos e externos. Ela já está a contribuir

significativamente para a circulação de pessoas e bens, bem como para o escoamento da produção agrícola e sua comercialização.

No domínio das telecomunicações, a rede de cobertura tem vindo a crescer significativamente, destacando-se a entrada em funcionamento de uma nova operadora de telefonia móvel. Por consequência, o acesso aos serviços de comunicações e aos serviços de tecnologias de informação e comunicação é uma realidade em todas as províncias do país.

Excelências,

Não podemos falar de redução da pobreza absoluta sem falarmos do acesso à água potável. O nosso objectivo é promover a utilização sustentável da água e incrementar o abastecimento de água potável às populações e a provisão de saneamento adequado do meio.

É assim que, nas zonas rurais, registamos um assinalável aumento de disponibilidade de fontes de água potável em quase todas as províncias do país. Enquanto há cinco anos a cobertura em água potável atingia 4 milhões 580 mil habitantes, hoje ela atinge 5 milhões 730 mil, o que corresponde a 39,4%, muito próximo da meta de 40% prevista para este ano.

Estes índices, embora representem um progresso notável, ainda não nos satisfazem. Devemos prosseguir os esforços para que mais moçambicanos percorram distâncias cada vez mais curtas para terem acesso à água. Particular atenção deve ser direccionada para Nampula e Zambézia, onde temos as densidades populacionais mais elevadas.

Gostaria de louvar o imenso trabalho de preservação e manutenção das fontes de água que tem sido levado a cabo pela população e seus líderes comunitários. Isto contribui para reduzir a frequência de avarias, permitindo que o Governo concentre o investimento na construção de novas fontes.

Mais uma vez, apelamos a todos para que nos juntemos aos esforços do Governo, multipliquemos as nossas iniciativas e usemos toda a nossa imaginação na busca deste precioso líquido. Procuremos formas de captar e preservar a água das chuvas. Construamos reservatórios de todo o tipo, incluindo cisternas e represas. Cavemos poços, façamos furos, utilizemos moinhos de vento, bombas de pedais, painéis solares, enfim, tudo segundo as possibilidades de cada pessoa, de cada grupo, de cada organização, empresa ou entidade benfeitora.

Outra área de importância vital é a da electrificação rural. A energia eléctrica está a contribuir consideravelmente para a melhoria da qualidade de vida da população, nos locais onde já chegou.

A energia eléctrica está atraindo investimentos que geram emprego e, conseqüentemente, aumentam as receitas das famílias. É isto o que vemos hoje quando viajamos pelo país. Das 128 sedes de distrito existentes, 117 já estão electrificadas. Em alguns distritos a electrificação já atingiu vários postos administrativos e localidades. Estes números falam por si e ganham expressão no terreno. As pessoas que estão lá nos distritos, vilas e aldeias electrificadas sentem isso. Sentem as suas vidas melhorarem gradualmente porque têm energia eléctrica.

Não obstante o avanço verificado na electrificação rural, notamos ainda uma fraca participação do sector privado na actividade de fornecimento de energia eléctrica. Gostaria de apelar aos empresários a juntarem-se à acção do sector público no esforço de fazer chegar a energia eléctrica a um maior número da população, para que esta possa usufruir das oportunidades que ela proporciona.

A conclusão das negociações sobre as tarifas de energia de Cabora Bassa abre melhores perspectivas para a definição da nova estrutura accionária da empresa Hidroeléctrica de Cabora Bassa, o que nos dará maior autonomia na utilização dos recursos energéticos, em benefício do País e da região.

Excelências,

A educação constitui um importante factor para erradicação da pobreza.

Os conhecimentos e capacidades que a educação proporciona e desenvolve, permitem uma participação mais activa e consciente dos cidadãos na criação da sua própria riqueza.

Pugnamos por um desenvolvimento global e equilibrado do sistema educativo que funcione como uma verdadeira alavanca do progresso social e económico.

Com a redução dos índices de analfabetismo e aumento dos níveis de escolarização formal de crianças e jovens, com especial destaque para a rapariga, ampliamos as possibilidades para que largas faixas da população moçambicana tenham acesso a informações básicas sobre cuidados

sanitários, saúde reprodutiva, produção de alimentos, entre outros aspectos importantes para a melhoria da qualidade de vida.

A taxa de analfabetismo que, em 1997, se situava em 60,5%, baixou para 53,6%, em 2003, com especial destaque da taxa referente às mulheres que passou de 74,1% para 68%, no mesmo período. O alcance da escolarização primária universal é uma das grandes prioridades da nossa acção governativa.

No ensino formal, aos vários níveis, são hoje maiores as probabilidades de acesso e retenção das nossas crianças, graças ao investimento feito, designadamente na expansão dos espaços educativos e na formação de professores.

A evolução dos níveis de escolarização revela uma tendência positiva e encorajadora. No ensino primário, a evolução da taxa líquida de escolarização mostra que, se em 1999 em cada 100 crianças, na faixa etária dos 6 aos 10 anos, apenas 44 tinham acesso à escola, em 2003 em cada 100 crianças do mesmo grupo etário, 69 passaram a ter acesso à escola. Isto é, em apenas quatro anos, as oportunidades de escolarização aumentaram 25,8 pontos percentuais.

O desenvolvimento da economia de Moçambique exige um sistema educativo forte e com capacidade para responder aos desafios crescentes da actividade económica. Neste sentido, a estrutura curricular e de formação técnico-profissional está num processo de reorganização com vista a capacitá-la a oferecer oportunidades diversificadas de enquadramento dos jovens e adultos e a responder às exigências do presente e do futuro.

É este tipo de ensino que deve assegurar a satisfação das necessidades de mão-de-obra qualificada, a diminuição da dependência externa e criação de bases para a redução do desemprego, promovendo uma atitude virada para o auto-emprego.

Notamos com satisfação, que o compromisso de promover a educação superior para um número cada vez maior de moçambicanos é uma realidade. Registou-se um crescimento do número de estudantes, em cerca de 40% entre 1999 e 2003, passando-se de 12.200 para 17.189 estudantes. A percentagem de estudantes do sexo feminino é de 31%, o que representa um acréscimo de 6% no mesmo período. Este crescimento do efectivo de estudantes foi acompanhado pelo aumento do corpo

docente universitário, passando de 1.350 em 1999, para 1.880 docentes em 2003.

A expansão do ensino superior privilegia a implantação dos institutos superiores politécnicos, pois este tipo de instituições que promovem uma ligação estreita no período de formação com as actividades produtivas, vai formar graduados com habilidades, conhecimentos e capacidades de saber fazer, tornando-os empreendedores e promotores do auto-emprego. Este tipo de formação irá, certamente, aumentar a capacidade de resposta imediata às necessidades do sector produtivo nacional, contribuindo para o desenvolvimento acelerado do nosso País.

Paralelamente, temos que continuar a investir na qualidade do ensino a todos os níveis, através da melhoria da qualidade de conteúdos, metodologias e materiais de ensino e formação inicial e contínua dos docentes.

Os indicadores de ciência e tecnologia publicados em Novembro de 2003, em Maputo, mostram que Moçambique tem que continuar a investir na apropriação e produção de conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento. O nosso país conta hoje com uma Política de Ciência e Tecnologia que deverá impulsionar o desenvolvimento de um sistema de inovação científica e tecnológica adequado aos desafios que enfrentamos.

A par da aposta feita na educação e de forma a contribuir para a redução do desequilíbrio entre a oferta e a procura de emprego, privilegamos a formação e o aperfeiçoamento profissional, em parceria com o sector privado e associações sócio-profissionais.

Apraz-me constatar que trabalhadores moçambicanos foram formados em diversas especialidades e obtiveram qualificações profissionais de padrões internacionais, que possibilitaram a sua absorção em projectos como a Mozal, Sasol e indústrias açucareiras nacionais.

Por outro lado, as acções de formação técnico-profissional incluem também o reforço da capacidade instalada para o efeito, através da construção de Centros de Formação Profissional espalhados em diversas províncias. Porém, dadas as necessidades cada vez mais crescentes de mão de obra mais qualificada, exorto o sector privado a dar a sua contribuição, desenvolvendo também acções de formação e aperfeiçoamento profissional nos seus próprios centros.

Estou convencido que os projectos de inserção na vida activa que ocorrem com o apoio dos parceiros de cooperação e que consistem, essencialmente, na criação do próprio emprego e formação profissional de desempregados, irão prestar um valioso contributo na criação de mais postos de trabalho no país.

Senhoras e Senhores Deputados,

É nossa convicção que uma população saudável constitui condição primária para o desenvolvimento económico e social. Nesse sentido, no contexto moçambicano, investir na saúde das pessoas é contribuir para a redução da pobreza absoluta.

No ano 2003 manteve-se a priorização da expansão do acesso aos serviços de saúde de qualidade de modo a abranger a maioria da população moçambicana e, em particular, os grupos de risco acrescido, nomeadamente as mulheres, crianças, adolescentes, idosos, bem como as zonas geográficas desfavorecidas.

O crescimento das redes primária e secundária de saúde traduziu-se na conclusão, em todo o país, de mais 51 centros de saúde e 70 casas para trabalhadores de saúde e na reabilitação e ampliação de 60 instituições, dentre centros de saúde, hospitais rurais, gerais e provinciais. São exemplos, a entrada em funcionamento dos novos hospitais rurais de Mueda e Muxungué e a reabilitação e ampliação dos hospitais de Mocuba e Gurué. Em relação a Gurué, estas acções permitiram a sua elevação a hospital rural, passando a oferecer serviços de cirurgia.

O contínuo aumento qualitativo e quantitativo do pessoal de saúde, aliado ao investimento realizado, traduz-se na maior disponibilidade de serviços de qualidade crescente nas zonas menos favorecidas, e na diminuição progressiva da distância média que a população percorre para chegar a uma unidade sanitária. Os resultados destas intervenções são encorajadores, sobretudo na componente da saúde materno-infantil.

Os resultados preliminares do Inquérito Demográfico e de Saúde de 2003, comparados com os de 1997, mostram-nos que as taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil baixaram consideravelmente. Apesar dessa tendência positiva, devemos continuar a trabalhar no sentido de atingir as metas do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas.

A recente epidemia de cólera, que iniciou em Dezembro de 2003, na cidade de Maputo, atingiu, até 23 de Abril de 2004, um total de 19.624 pessoas e causou 97 mortes a nível nacional, correspondentes a uma taxa de letalidade de 0,5%. Todas as províncias foram afectadas, com excepção de Manica, Niassa e Cabo Delgado.

Os níveis de mortalidade continuam a ser considerados os mais baixos de África. Para tal concorreu a rápida actuação do Governo.

Com efeito, a cólera é uma doença que quando detectada e tratada a tempo resulta em altas taxas de cura.

Nesta acção de combate à cólera, a sociedade civil, empresas e organizações não governamentais nacionais e estrangeiras têm dado um contributo importante.

Continuamos preocupados com a persistente propagação da malária, do HIV/SIDA, da tuberculose e de outras doenças transmissíveis que aumentam o pesado fardo da doença no nosso país.

A malária é responsável por 40% de todas as consultas externas do Serviço Nacional de Saúde; por 60% dos internamentos de crianças e por 30% da totalidade das mortes nos nossos hospitais. A malária é um dos factores determinantes do agravamento da pobreza absoluta, contribuindo negativamente para o crescimento económico. Por estas razões, as acções de prevenção, controle e combate da malária situam-se entre as principais prioridades no âmbito do PARPA.

O reforço e a expansão das medidas de prevenção que compreendem dentre outros aspectos, a sensibilização, a mobilização das comunidades, a promoção de medidas simples de protecção individual contra o mosquito, o controle deste através da pulverização intra e extra-domiciliária e a promoção do uso de redes mosquiteiras impregnadas com insecticidas, consubstanciam a abordagem integrada necessária para o controle da malária.

Um dos grandes desafios que enfrentamos no tratamento desta doença é a crescente resistência do parasita da malária aos medicamentos de primeira linha. Daí a importância da introdução de medicamentos mais eficazes e de normas de tratamento actualizadas.

À medida que estão sendo executadas essas acções, temos tido a preocupação de aumentar o nosso conhecimento colectivo sobre a malária e, sobretudo, a procura de métodos mais eficazes para a sua prevenção. É nessa óptica que Moçambique participa no esforço internacional de investigação e testagem duma vacina contra a malária. Aguardamos com muita expectativa os resultados destes estudos, que também contribuirão para a edificação da capacidade nacional de pesquisa em saúde, importante factor para o desenvolvimento sanitário do País.

A tuberculose que parecia já em vias de se controlar, actualmente reemerge devido à sua associação com o HIV/SIDA. É imperioso redobarmos esforços para a melhoria da capacidade de detecção de casos de tuberculose e para garantir a sua cura, através do uso de regimes de tratamento mais simples, que possam ser utilizados até ao nível da comunidade.

A pandemia do HIV/SIDA constitui um grande revés no combate que travamos contra a pobreza absoluta em Moçambique. Os índices de seroprevalência continuam a crescer assustadoramente. Actualmente, estima-se que 1 em cada 7 adultos no nosso país esteja infectado. É necessário intensificar as intervenções de prevenção e complementá-las com cuidados e tratamento adequados.

Em pouco tempo o HIV/SIDA tornou-se numa das principais causas da mortalidade em Moçambique. Não obstante os esforços do Governo no combate a esta doença, estima-se que em 2003 cerca de 84 mil pessoas terão morrido devido ao HIV/SIDA no país. Destas, apenas 21 mil foram diagnosticadas ou frequentaram uma unidade sanitária.

Decidimos avançar para uma abordagem agressiva no tocante aos cuidados e tratamento dos infectados e afectados pelo HIV/SIDA, apesar dos limitados recursos à nossa disposição. Foi assim que se aprovou um plano de provimento de cuidados e tratamento do HIV/SIDA. Este plano vai permitir o aumento do número de pessoas que recebem tratamento com antiretrovirais, de cerca de dois mil doentes para, pelo menos oito mil, em 2004, incluindo uma maior e melhor assistência às mulheres grávidas infectadas pelo HIV e a prevenção vertical da mãe para o bebé. Teremos, também, como prestar um maior apoio aos utentes dos gabinetes de aconselhamento e testagem voluntária.

Constatando que do total dos óbitos ocorridos devido ao HIV/SIDA em 2003, 15% foram menores de 15 anos de idade, reconhecemos ser grande prioridade a educação dos adolescentes e jovens no seio da família, nas escolas e nas comunidades em geral.

A pandemia do HIV/SIDA em Moçambique é já uma Emergência Nacional. Assim, mais uma vez, convido toda a Nação moçambicana a envolver-se nos programas de educação para a prevenção e combate deste flagelo.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

A boa governação é uma das condições fundamentais para o sucesso da estratégia de combate à pobreza.

A Reforma do Sector Público é um instrumento de promoção da boa Governação porque contribui para a melhoria do funcionamento das instituições, aperfeiçoamento das regras, procedimentos e sistemas de gestão e desta forma reduzem-se as oportunidades de acesso ilícito aos recursos públicos. A Reforma do Sector Público é um instrumento de combate à corrupção pela via da prevenção. O principal objectivo deste processo é assegurar que o nosso Estado esteja munido de instituições fortes, funcionais e eficazes.

No tocante à desburocratização, são notórios os esforços empreendidos na redução da obtenção do direito de uso e aproveitamento da terra, assim como no licenciamento de actividades industriais e comerciais. Neste último aspecto, realçamos a instalação de balcões de atendimento único nas províncias, visando a integração simultânea dos diversos serviços envolvidos no processo de licenciamento. Esta experiência tem contribuído para a redução das barreiras e para o estímulo ao investimento privado.

É nossa política a adopção de práticas que promovam uma boa governação, incluindo a descentralização e desconcentração de estruturas e processos de prestação de serviços, a reforma da administração pública, o reforço da capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, o melhoramento da segurança pública e a eliminação da corrupção a todos os níveis.

Isto consubstancia-se nos mecanismos internos que estamos a adoptar para colhermos as diversas sensibilidades sobre a boa governação. O Observatório da Pobreza como um fórum que nos vai permitir uma auto-avaliação nas actividades económicas e sociais em Moçambique é um primeiro passo.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Base sobre Governação e Corrupção, em curso, cujo relatório será divulgado em Setembro próximo, poderão dar-nos, de maneira sistematizada, as sensibilidades dos cidadãos sobre a governação e corrupção.

Esta experiência e a utilidade deste processo é relevante no âmbito da implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Moçambique foi um dos primeiros países a aderir ao Mecanismo Africano de Avaliação de Pares, que é um instrumento de adesão voluntária pelos países africanos, institucionalizado para promover as boas práticas de governação nos países da União Africana. Assim, preparamo-nos para a avaliação da governação no país, a ser feita ainda este ano, com o apoio do Painel de Personalidades Eminentes, estabelecido no contexto da NEPAD. Esta é uma maneira de valorizar a nossa experiência, complementar os nossos esforços e aprender das lições positivas dos outros países.

Excelências,

A erradicação da pobreza absoluta implica necessariamente o reforço das condições de defesa, segurança e ordem pública orientadas para a defesa da soberania nacional e a luta contra a criminalidade, através da intensificação do trabalho preventivo, reforço da capacitação técnica e operativa da Polícia, formação e treinamento dos agentes da Polícia e pela melhoria das relações entre a Polícia e a sociedade.

A agenda nacional inclui a garantia e manutenção da paz e segurança dentro e fora do País. Têm continuidade os processos da incorporação, formação e treino de novos efectivos para o quadro das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique lançaram o projecto de logística de produção no âmbito do Programa do Governo tendo em vista incentivar a produtividade para a sua auto-sustentabilidade e o alívio das despesas em benefício do PARPA.

A aprovação de diplomas legais para o aperfeiçoamento do funcionamento da área de Defesa Nacional é outro imperativo que o Governo realizou. Neste domínio, foram apreciados e aprovados instrumentos legais atinentes à definição das atribuições e competências do Ministério da Defesa Nacional, a Estrutura Orgânica das FADM, a criação da Academia Militar entando que estabelecimento militar de ensino superior das FADM e a aprovação do Regulamento da Assistência Médica e Medicamentosa aos militares e seus dependentes.

Atenção especial continua a ser dada ao envolvimento das comunidades na prevenção e combate ao crime, através da adopção e implementação do policiamento comunitário, um modelo para uma nova cultura de segurança dos cidadãos, cujos resultados se revelam encorajadores.

De igual modo envidam-se esforços no sentido da reformulação dos aspectos de concepção do sistema prisional e dos investimentos em infra-estruturas para que o sistema penitenciário no País assuma plenamente a sua função de reabilitação e reinserção social dos reclusos.

O conjunto das reformas em curso na Polícia, visando a adequação e eficácia da sua actuação, inclui a selecção criteriosa dos candidatos, pela revisão dos requisitos de ingresso, dos currículos de formação e a graduação nas escolas de formação da Polícia.

Em Setembro próximo, a Academia de Ciências Policiais, ACIPOL, vai graduar e colocar ao serviço da Polícia os primeiros cadetes licenciados, formados no país.

No âmbito da implementação do Plano Estratégico da Reforma da PRM, estão em curso acções visando reforçar a capacidade da Polícia de Investigação Criminal para que esta responda cabalmente aos desafios de investigação do crime.

Preocupam-nos sobremaneira as informações sobre a ocorrência do fenómeno de rapto e tráfico de pessoas, em particular menores, e de órgãos humanos no nosso país. Conforme tive ocasião de referir, a 22 de Dezembro de 2003, os indícios da ocorrência do fenómeno de desaparecimento de pessoas, assassinatos e extracção de órgãos humanos constituem uma aberração aos mais elementares valores culturais e morais da nossa sociedade. Este crime hediondo deve merecer um combate sem tréguas por todos os segmentos da sociedade moçambicana.

Não permitamos que Moçambique seja transformado num terreno fértil para estes actos desumanos. As instituições apropriadas do Estado devem reforçar o combate a este mal e garantir a segurança e estabilidade física e psíquica da população.

Toda a denúncia deve merecer a devida investigação e tratamento, mas com justiça, não confundindo suspeitas com factos. É nossa responsabilidade, como cidadãos, canalizar às instituições competentes, toda e qualquer informação sobre fenómenos anormais que ocorram no seio da nossa comunidade. Devemos evitar que qualquer boato ou suspeita seja tomado como facto consumado, para não se criar um sentimento generalizado de insegurança e pânico.

Este tipo de crimes não se circunscreve apenas a um país. Por isso, o seu combate, na nossa região, pressupõe a consolidação e valorização dos esforços conjuntos de cooperação entre as Polícias da região, enquadradas pela SARPCCO (Organização da Cooperação dos Chefes de Polícia da Região da África Austral). Esta cooperação estende-se também ao combate à criminalidade trans-fronteiriça, violência e erradicação da proliferação de armas de fogo de pequeno porte e outros materiais relativos.

Continuamos a alargar o nosso leque de cooperação com organismos internacionais da Polícia. Para além da Interpol da qual somos membros efectivos, perspectivamos ingressar na maior organização internacional da Polícia, a Associação Internacional da Polícia (IPA) a partir de Setembro deste ano.

Senhoras e Senhores Deputados,

A administração da justiça constitui um importante pilar na construção da pátria, na preservação da paz, no desenvolvimento e consolidação da democracia, na defesa dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, na luta pelo bem estar social e no estabelecimento de relações assentes em princípios de respeito e responsabilidade ético-social.

De um modo geral, o que nos foi dado observar relativamente à actividade desenvolvida pelo sistema de administração da justiça, no decurso do último ano, permite-nos concluir que se registou alguma evolução positiva no sector.

Os avanços registados resultam das acções organizativas que as instituições de justiça têm sabido adoptar, aliado, por um lado, a um esforço notável no domínio do recrutamento e formação de quadros tecnicamente mais qualificados e, por outro lado, à introdução e operacionalização de medidas de controlo da actividade dos magistrados.

No ano de 2003, o desenvolvimento de acções concertadas das instituições pertinentes, no recrutamento de jovens licenciados em Direito e a sua formação técnico-profissional no recém constituído Centro de Formação Jurídica e Judiciária propiciou, mais uma vez, um reforço significativo do corpo de magistrados.

Até há poucos anos o país registava um grande défice de magistrados licenciados a nível das províncias. Hoje, é com orgulho que registamos a existência de magistrados com formação superior em todos os tribunais provinciais, nas suas diversas secções e, até mesmo, em alguns tribunais de distrito.

As melhorias no sector da administração da justiça são, também, ilustradas pelo progressivo aumento de processos judiciais manuseados ao nível do país, verificando-se, nesta área, um incremento anual na ordem de 30%, de acordo com as estatísticas judiciais.

Notamos que no domínio da prevenção e repressão do crime, as instituições da justiça têm vindo a exercer um melhor controlo das situações que propiciam a prática do crime, eliminando mesmo, em alguns casos, os focos da sua propagação.

A propósito, cabe-nos registar que, mercê de medidas de diversa índole no seio dos órgãos judiciários, de entre as quais se inclui a reorganização da Procuradoria-Geral da República, conseguiu-se conduzir, com sucesso, algumas causas criminais de grande complexidade e geradoras de uma elevada indignação e repulsa social, dadas as suas graves consequências a nível económico e social.

No domínio da gestão e disciplina dos magistrados judiciais e do Ministério Público, há que louvar o esforço dos órgãos pertinentes, em especial o Conselho Superior da Magistratura Judicial, pela introdução de medidas de rigor na disciplina e no desempenho, que têm conduzido à diminuição progressiva das reclamações e dos casos disciplinares.

Uma acção de grande impacto para o sector da justiça, e que, dada a sua relevância na componente humana, esperamos venha a ter efeitos positivos no desempenho, transparência e eficácia no sistema, é a recente aprovação, pelo Governo, de um novo regime salarial dos magistrados e oficiais de justiça.

Outra acção digna de registo e que tem por escopo a melhoria das condições de funcionamento das instituições da justiça, é a inscrição, nos planos de investimento no sector, da construção de palácios da justiça em cinco províncias, nesta fase. Os respectivos projectos estão na fase de conclusão, esperando-se para breve o início dos concursos de empreitada. A par disso, importa referir a construção e reabilitação, no ano transacto, de alguns tribunais de nível distrital, acção essa que vai ser contínua.

Apesar da evolução constatada, ocorre-nos registar que ainda existe um elevado número de casos que esperam por solução nas diversas instâncias de justiça, o que constitui uma enorme preocupação para a sociedade.

Nota-se, ainda, uma certa fragilidade no sistema, mormente nas componentes de recursos humanos e meios materiais, para além dos próprios instrumentos legais reguladores da solução de conflitos se mostrarem inadequados para dar resposta célere aos problemas que aqueles órgãos são chamados a conhecer e decidir.

A análise do funcionamento dos órgãos judiciários revela que ainda prevalece um certo défice no controlo do desempenho dos magistrados e oficiais de justiça, o que denota, sobretudo, deficiências na área da inspecção. É, pois, imperioso que sejam desenvolvidos esforços para garantir a melhoria da prestação dos serviços da administração da justiça.

Para tanto, devemos concentrar a nossa atenção na concretização das acções inscritas no Plano Estratégico Integrado do Sector da Justiça, recentemente aprovado. Exige-se, por isso, que sejamos capazes de encontrar os meios necessários à sua rápida concretização, com a contribuição dos nossos parceiros de cooperação.

No mesmo sentido, incentivamos o Conselho de Coordenação da Legalidade e Justiça a prosseguir as acções necessárias à conclusão do processo da visão estratégica de longo prazo para a área da justiça, por se tratar de um valioso instrumento em que assentará o fundamento de um novo modelo de justiça, e que fornecerá contributos decisivos para uma futura política legislativa no país.

Temos que assegurar que a reforma legal em curso tenha os seus alicerces na própria lei fundamental, a Constituição da República.

Impõe-se-nos o dever de proporcionar às largas massas populacionais um acesso à justiça mais amplo, abrangente, coeso e condizente com a nossa realidade sócio-cultural.

Por isso, as reformas de que falamos devem ser amplas, abrangentes e profundas, de modo a consagrar, claramente, o modo como deverá conviver, harmoniosamente, o direito formal com o direito consuetudinário.

Senhoras e Senhores Deputados,

O turismo posiciona-se hoje como uma das nossas principais apostas para o desenvolvimento acelerado do país e combate à pobreza absoluta, dado o seu carácter transversal e efeito multiplicador. Cria emprego e gera riqueza em toda a sua cadeia de acção.

Constatámos com satisfação a evolução do sector do turismo que, no último ano, registou tendências positivas que se reflectem na criação 860 novos postos de trabalho directo e uma expansão da capacidade de alojamento em mais 772 camas.

Muitos operadores turísticos têm como parte integrante dos seus programas de desenvolvimento a assistência social às comunidades, contribuindo para a redução da pobreza absoluta, através da construção de fontenários públicos, escolas, postos de saúde e abertura de estradas.

Reconhecendo a importância vital da biodiversidade para o sustento da maioria das comunidades locais do país, temos vindo a expandir as áreas protegidas, com a criação do Parque Nacional das Quirimbas, da Reserva Nacional de Chimanimani e proclamação da Reserva de Búfalos de Marrromeu como parte integrante da Convenção de Ramsar, sobre as áreas húmidas de valor mundial, adoptada em 1971, na cidade do mesmo nome, no Irão.

Por outro lado, temos também levado a cabo programas de conservação transfronteiriços, nomeadamente o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo entre Moçambique, África do Sul e o Zimbabwe; a Iniciativa de Desenvolvimento Espacial dos Libombos, entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia; e a Iniciativa Transfronteiriça de Chimanimani, entre Moçambique e Zimbabwe.

A cultura é um elemento fundamental no processo da consolidação da unidade nacional, da identidade individual e de grupo e da afirmação da nossa moçambicanidade.

A realização do II Festival Nacional de Dança Popular continuou a impulsionar, em 2003, o crescimento de acções de promoção, valorização e intercâmbios culturais, bem como o surgimento de várias associações, grupos e cooperativas nesta área. Isto significa que a sociedade civil tem estado a desempenhar um papel cada vez mais activo na promoção de manifestações culturais no nosso país.

Em 2003, registamos com satisfação a realização, com sucesso, dos Festivais de Teatro d'Agosto em Maputo e do Baluarte na Ilha de Moçambique. Estes eventos juntaram em Moçambique artistas Africanos, Europeus, Asiáticos e Americanos, contribuindo desta forma para a crescente abertura de mercados para os produtos culturais do nosso País.

A participação de artistas moçambicanos em festivais como estes, dentro e fora do País, tem permitido igualmente que transmitamos a imagem de um Moçambique amante da paz, da concórdia e comprometido com o desenvolvimento.

As fases preliminares do II Festival Nacional de Canção e Música Tradicional, iniciadas em 2003, estão a movimentar milhares de artistas musicais, permitindo o aprofundamento do conhecimento mútuo e o convívio de cidadãos de diferentes quadrantes do nosso País.

No domínio da criação e interpretação, merece destaque o incentivo à pesquisa, identificação e promoção de talentos, à premiação e divulgação dos trabalhos mais criativos nas áreas da dança, teatro, literatura, pintura, música e edição. Neste domínio é encorajadora a participação crescente dos mecenas.

O combate que travamos contra a pirataria de fonogramas faz parte da luta global pela melhoria da qualidade dos produtos culturais que são oferecidos ao povo e pela defesa dos interesses dos artistas, da indústria discográfica e do Estado.

A Ilha de Moçambique, como Património Cultural da Humanidade, mereceu e continua a merecer uma atenção especial na busca de sinergias para sua conservação e valorização, junto de organismos internacionais relevantes. Os resultados que temos alcançado, principalmente junto da

UNESCO, encorajam-nos a prosseguir o Programa de Desenvolvimento Humano e Sustentável da Ilha.

Enquanto registamos estes progressos, sofremos algumas reveses na área cultural. O período em análise foi ensombrado pela perda de grandes figuras da nossa cultura, das quais destacamos o poeta José Craveirinha, os músicos David Mazembe e Alexandre Langa, e muito recentemente o maestro Justino Chemane e o músico Gito Balói. Devemos todos assegurar que o seu legado, símbolo da nossa moçambicanidade, seja preservado e valorizado.

O Desporto constitui um dos alicerces do desenvolvimento das capacidades do Homem e da sociedade no seu todo.

Moçambique é um país de uma cultura desportiva reconhecida e que, através dos seus atletas, tem feito elevar o seu nome, além fronteiras. A Lurdes Mutola, nossa Menina de Ouro, trouxe mais uma vez, alegrias para o povo moçambicano ao se consagrar, este ano, pela sexta vez, Campeã Mundial dos 800 metros em Femininos de Pista Coberta.

A nossa Selecção Nacional de Basquetebol Feminino conquistou a Medalha de Prata no recente Campeonato Africano, realizado no nosso solo pátrio, confirmando a tendência ascendente da participação do nosso país em eventos regionais e continentais.

Os Jogos Escolares, entanto que conquista preciosa da independência, constituem uma manifestação desportiva da Juventude, com uma amplitude que importa preservar e melhorar.

A nossa aposta continua sendo a identificação e encaminhamento de talentos das diversas modalidades, havendo já exemplos a registar nos últimos Jogos Escolares, realizados em Nampula que envolveram mais de mil e cem jovens adolescentes que se revelaram talentosos e beneficiaram de apoios para prosseguirem os seus estudos e, paralelamente, desenvolverem-se nas modalidades abraçadas.

O Desporto é o meio que contribui para a socialização do Homem, para cimentar amizades, solidariedade e cooperação entre os povos. Neste quadro, Maputo tornou-se desde o dia 23 de Abril corrente a “Capital Desportiva da SADC”, ao acolher mais de mil e cem jovens atletas, com idades abaixo dos 20 anos, provenientes de 12 países da África Austral, acontecimento de grande alcance histórico para os nossos povos e estados.

Excelências,

Os sucessos que temos vindo a alcançar elevam o prestígio de Moçambique no mundo. Durante a realização da II Cimeira da União Africana no ano passado, em Maputo, este sentimento revelou-se de uma forma singular. Os progressos por nós alcançados e o patriotismo com que os moçambicanos se empenharam na organização e realização do evento fizeram com que África passasse a ter um conhecimento mais positivo da realidade moçambicana.

Assumimos com responsabilidade acrescida os nossos deveres perante o nosso continente e o mundo. O contingente moçambicano estacionado no Burundi, integrado na Missão Africana no Burundi, sob a égide da União Africana, está a cumprir a sua missão com sucesso. Esta força é constituída por um total de 228 homens, dos quais 20 integram o Estado Maior do Comando da Força Multinacional de Manutenção da Paz.

As Nações Unidas vão enviar uma Missão de Manutenção de Paz para o Burundi. Em reconhecimento do seu excelente desempenho, a Força Moçambicana foi convidada a permanecer naquele país dos Grandes Lagos integrada na nova Missão. Aceitamos este novo desafio e estão em curso discussões sobre as modalidades da nossa participação.

Continuamos a dar o nosso contributo ao processo de pacificação de Timor Leste independente, através de equipas de observadores militares e técnicos de diversas áreas de actividade económica e social, sob a égide das Nações Unidas.

Nas Comores e na República Democrática do Congo, temos uma presença modesta de observadores militares e continuamos a oferecer o nosso apoio político-diplomático.

Estas missões em prol da paz e segurança internacionais começam a ser uma tradição e apraz-nos constatar que a moral no seio das forças moçambicanas é boa.

Hoje, Moçambique é Presidente da União Africana. A nossa Presidência está a ser caracterizada por assinaláveis progressos no processo da edificação dos órgãos e instituições desta organização continental. A Comissão da União Africana, eleita em Maputo, está em pleno funcionamento.

Tivemos o privilégio de presidir, em Addis Abeba, no dia 18 de Março último, à sessão inaugural do Parlamento Pan-Africano, na qual tomaram parte ilustres deputados deste parlamento, incluindo Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República. Nessa sessão, realizou-se a cerimónia de posse dos parlamentares africanos e a eleição do seu presidente, que felizmente é uma mulher, a Sra. Gertrudes Mongela, da República Unida da Tanzânia. Alegra-nos também que os nossos parlamentares eleitos para aquele órgão sejam na sua maioria mulheres.

Um instrumento vital para a resolução de conflitos e manutenção da paz no continente é o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, que igualmente entrou em funcionamento no passado mês de Março, em Addis Abeba. Moçambique foi eleito membro e é o actual Presidente deste importante órgão da nossa organização continental. Entrou igualmente em vigor o Protocolo que estabelece o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. Espera-se que o Conselho Económico, Social e Cultural atinja brevemente o número de ratificações necessárias para o seu lançamento.

Presidimos com sucesso à Cimeira Extraordinária da União Africana realizada em Sirte, Líbia. Esta Cimeira aprovou importantes documentos com destaque para a Declaração sobre os Desafios de Implementação dos Planos de Desenvolvimento Integrado e Sustentável nos Domínios de Agricultura e de Águas em África e a Declaração Solene Sobre uma Política Comum Africana de Defesa e Segurança e Criação de uma Força Africana em Estado de Alerta.

A busca de consensos a nível continental para paz, segurança e estabilidade duradouras vem complementar as acções em curso na nossa região, consubstanciadas pela adopção do Pacto de Defesa Mútua na última Cimeira da SADC, realizada em Dar-Es-Salam, Tanzânia, e no trabalho da SARPCCO, ou seja, Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia da Região da África Austral.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a visão estratégica e programática para o desenvolvimento do nosso continente, começa a ganhar forma com a sua operacionalização em projectos de desenvolvimento com impacto regional e continental. O projecto de desenvolvimento do Vale do Zambeze, os Corredores de Desenvolvimento que ligam o nosso país aos países vizinhos, entre outros projectos, assumem uma importância vital no âmbito da NEPAD.

Excelências,

Os esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo nosso país para a erradicação da pobreza absoluta têm merecido o reconhecimento dos nossos parceiros de cooperação, que têm demonstrado a confiança que depositam nos programas de desenvolvimento económico e social adoptados nos últimos anos. Esta confiança é testemunhada pelo aumento gradual dos parceiros de cooperação que vêm prestando o seu apoio, com base nos objectivos e princípios básicos estabelecidos no Memorando de Entendimento para a Concessão de Apoio Directo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos. Participam neste mecanismo 15 parceiros de cooperação.

Importa realçar que para muitos parceiros, Moçambique foi o país piloto deste tipo de cooperação, facto que é por nós apreciado. Notamos, com satisfação, que alguns países decidiram alocar progressivamente maiores valores para o apoio directo ao orçamento.

Todos estes sucessos levam a que aumente a confiança do Mundo, particularmente de África, em relação à capacidade de liderança dos moçambicanos. Cada vez mais moçambicanos, entre membros do Governo, académicos, membros da sociedade civil e demais, são convidados a integrar instituições internacionais.

Muito recentemente, o nosso compatriota Pascoal Mocumbi foi convidado a dirigir uma instituição de grande prestígio e importância estratégica para o continente africano, a Parceria entre Países Europeus e Países em Desenvolvimento para Ensaios Clínicos. Trata-se de uma parceria para acelerar a produção de instrumentos clínicos, nomeadamente medicamentos, vacinas e outros, com vista a controlar a malária, o HIV/SIDA e a tuberculose.

Nomeámos a Dra. Luísa Diogo para o cargo de Primeiro-Ministro do Governo de Moçambique. Esta nomeação, além do reconhecimento da competência que distingue a nossa Primeira-Ministra, foi mais um tributo e reconhecimento do papel central e decisivo da mulher na árdua tarefa de promover o desenvolvimento de Moçambique.

É com agrado que notamos que esta nomeação é altamente apreciada tanto pelo povo moçambicano, como pelos africanos e africanas de todo o continente e por outros países do mundo.

Excelências,

Apesar dos esforços diplomáticos que temos vindo a empreender na arena económica internacional, persistiram no ano findo divergências profundas entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos que inviabilizaram a conclusão, com sucesso, da Quinta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Cancún, sobretudo no que diz respeito à necessidade de abertura de mercados para acesso aos nossos produtos de exportação no domínio da agricultura.

Os países desenvolvidos insistem na manutenção dos subsídios à produção e exportação e outros tipos de apoio aos agricultores, em detrimento dos produtores mais eficientes nos países em desenvolvimento.

Associam-se a estes factores as barreiras não tarifárias, que constituem também factores limitantes para o acesso dos nossos produtos aos mercados externos.

Vimos, assim, adiada a tão almejada solução dos problemas que impedem um maior e mais vantajoso acesso dos nossos produtos de exportação aos mercados internacionais. Produtos agrícolas como o algodão, açúcar e outros continuarão a não obter o seu preço justo no mercado internacional.

A rápida retomada das negociações, que permitirá tão cedo quanto possível solucionar o actual impasse, poderá contribuir de forma significativa para a redução da pobreza no nosso país.

Pesem embora estas dificuldades, saudamos as iniciativas dos nossos parceiros comerciais no sentido de promover a nossa participação no comércio internacional. São de destacar, o AGOA, uma iniciativa dos Estados Unidos da América para o acesso preferencial dos produtos dos países da África Sub-sahariana; o EBAS, que significa tudo menos armas, no âmbito do Acordo de Cotonou, entre os Países de África, Caraíbas e Pacífico e a União Europeia, bem como o Sistema Generalizado de Preferências, que permitem o acesso preferencial de produtos originários dos países em desenvolvimento, em particular os Menos Avançados.

O AGOA, por exemplo, oferece muitas vantagens, das quais importa referir o acesso ao mercado dos Estados Unidos da América dos produtos originários da África Sub-sahariana, sem pagamento de direitos, contribuindo assim para o desenvolvimento das economias dos países

beneficiários, através do aumento das exportações, o que, por seu turno, incentiva o aumento da produção. Constitui igualmente um factor catalisador para a atracção de investimento tanto nacional como estrangeiro nas áreas de produção e exportação cobertas por esta iniciativa.

A iniciativa EBAS oferece vantagens similares de acesso ao mercado da União Europeia, ao grupo de países menos avançados de que Moçambique é membro integrante, constituindo também um incentivo para a exploração de vantagens comparativas dos países beneficiários.

Senhoras e Senhores Deputados,
Excelências,

Moçambique deixou de ser o país da guerra e da fome, para se transformar num país onde a esperança de uma sociedade mais digna se cristaliza. Dia após dia, milhares de cidadãos anónimos, com o seu trabalho e empenho, lançam bases seguras para o desenvolvimento da nossa economia.

É o reconhecimento, pela comunidade das nações, deste espírito de trabalho árduo e empenho na construção de uma sociedade melhor que transformou o nosso país em centro de importantes eventos internacionais.

Após a realização, com sucesso, da Cimeira da União Africana no ano passado, o nosso país é chamado a acolher no presente ano, a IV Cimeira dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

O grupo ACP é uma plataforma importante de diálogo político e concertação entre os 79 países que o integram. A sua importância reside, particularmente, nas oportunidades que oferece aos seus membros para uma estruturação e articulação mais eficazes das suas ideias.

O reforço da sua identidade política e económica permite ao Grupo ACP apresentar-se de forma concertada e agir com eficácia junto dos seus parceiros privilegiados da União Europeia e nos mais variados fóruns internacionais, visando a sua integração gradual e harmoniosa na economia mundial.

Outro evento importante de carácter internacional, a ter lugar em Junho próximo, em Maputo, é a Cimeira Económica Africana. Trata-se de um fórum criado numa parceria entre o Fórum Económico Mundial e a

SADC, e que vai envolver Chefes de Estado e de Governo da região e vários líderes económicos mundiais.

Este Fórum tem contribuído de forma positiva para o debate da agenda e modelos de desenvolvimento, com ênfase na necessidade de se assumir a redução da pobreza no mundo, como uma questão global que afecta, tanto os países em desenvolvimento, como os países industrializados, e constitui condição fundamental para um desenvolvimento genuíno e sustentável.

Moçambique tem-se apresentado como um parceiro activo neste fórum. A realização da Cimeira Económica Africana em Maputo abre-nos amplas possibilidades de partilhar as nossas iniciativas e experiências com os participantes e colhermos os dividendos que resultam do acolhimento de tão importante fórum. Destes, podemos destacar a possibilidade de captação de mais investimentos e negócios para o país.

Estes e outros eventos de carácter internacional, que terão lugar no nosso país, requerem não só a intervenção dos órgãos do Estado, mas também do sector privado e da sociedade em geral. Cada um de nós é chamado a colaborar.

Compatriotas,

Este ano, terão lugar as terceiras eleições gerais, um acontecimento de grande importância e impacto na consolidação da paz e no aprofundamento da democracia no nosso país. O povo moçambicano vai escolher o seu Presidente da República e os seus representantes na Assembleia da República.

As nossas experiências do passado mostram que o fortalecimento da nossa democracia depende também da qualidade da nossa participação nos processos eleitorais. Gostaria de apelar, desde já, a toda a população com capacidade eleitoral, para cumprir os requisitos estabelecidos por lei para que possa exercer o seu direito de voto.

Aos jovens que completam 18 anos, aos cidadãos que mudaram de residência, àqueles que perderam os seus cartões de eleitor apelo vivamente para se dirigirem aos postos de recenseamento, a fim de obter os cartões de eleitor, nos períodos que forem indicados. Uma vez recenseados, vamos todos votar.

Será uma grande honra e prestígio para todos nós, moçambicanos, garantirmos uma massiva participação dos cidadãos nas eleições. É um dever especial dos deputados, partidos políticos, organizações da sociedade civil, confissões religiosas, órgãos de administração eleitoral empenharem-se activamente na educação cívica assegurando, assim, uma participação consciente no acto eleitoral.

Senhoras e Senhores Deputados,

Acabei de expor a minha avaliação sobre a Situação Geral da Nação. Os resultados do nosso trabalho são positivos.

É, pois, com satisfação que posso afirmar perante esta Magna Assembleia e toda Nação Moçambicana, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico, que, não obstante os desafios que ainda temos pela frente, a Situação Geral da Nação é boa. A visível redução dos níveis de pobreza absoluta e o elevado prestígio que o nosso país goza no mundo dão corpo a esta nossa afirmação.

Estamos conscientes de que o caminho a percorrer para atingirmos o nosso objectivo final, de eliminação da pobreza absoluta, ainda é longo e exige a participação activa de todos os moçambicanos. É fundamental o envolvimento dos que vivem sob o espectro da pobreza absoluta, lado a lado com os que possam contribuir com a sua riqueza para criar desenvolvimento através de investimentos direccionados para este objectivo de todos nós.

O envolvimento de todos na luta contra a pobreza não é nenhuma acção de caridade. É um contributo à prosperidade individual e colectiva, pois nenhuma ilha de riqueza poderá viver em estabilidade duradoira se ela estiver rodeada de um mar de pobreza.

O combate que travamos contra a pobreza absoluta é consequente e os resultados são visíveis em todo o nosso país. Com dedicação e abnegação de todos alcançaremos maiores êxitos.

Apelo a todos os moçambicanos que continuem a envolver-se na árdua tarefa da redução da pobreza absoluta no país. O Povo Moçambicano tem dado passos largos na direcção certa. Todos juntos venceremos a pobreza absoluta!

Muito Obrigado pela vossa atenção!
Maputo, 29 de Abril de 2004